XII CADN
AFA (Pirassununga)

Expansão da Influência Chinesa na Namíbia: Impactos na Cooperação entre Brasil e Namíbia e no Atlântico Sul

Diana Vervloet Dalman de Magalhães - 5º Período do curso de Relações Internacionais da Unilasalle do Rio de Janeiro
Felipe Carvalho da Silva - 5º Período do curso de Relações Internacionais da Unilasalle do Rio de Janeiro
Lauany Ferreira Fabbreschi Carvalho - 5º Período do curso de Relações Internacionais da Unilasalle do Rio de Janeiro
Naemi Goto Wakisaka -5º Período do curso de Relações Internacionais da Unilasalle do Rio de Janeiro
Paola Gonçalves Matias -5º Período do curso de Relações Internacionais da Unilasalle do Rio de Janeiro

Resumo: Este artigo tem como objetivo analisar a política externa do Brasil na área de defesa do Atlântico Sul, focando na cooperação Sul-Sul do Brasil com a Namíbia. Para tanto, será realizada uma breve abordagem histórica da cooperação entre o Brasil e países do continente africano, destacando especificamente a cooperação com a Namíbia na área de defesa naval. Levando em consideração a aproximação cada vez maior da China com este país, é destacado o impacto da expansão da influência chinesa na cooperação Brasil-Namíbia na esfera de defesa do entorno estratégico do Atlântico Sul. Este estudo utiliza o método bibliográfico para promover uma análise histórica das relações mencionadas e faz uso da técnica de entrevista para obter informações primárias sobre o tema. Por fim, este artigo promove uma análise comparativa das relações do Brasil e da China com a Namíbia, diante da abordagem analítica proposta por Alfred Thayer Mahan (1890), que enfatiza a importância da expansão naval para projeção de poder nacional.

Palavras-chave: Brasil, Defesa, Atlântico Sul, Namíbia, China.

1. INTRODUÇÃO

O Atlântico Sul ganhou destaque nas últimas décadas, devido à militarização da estratégia de defesa das riquezas ali presentes. Este artigo tem como objetivo analisar a política externa do Brasil na área de defesa do Atlântico Sul, focando na cooperação Sul-Sul do Brasil com a Namíbia. Para tanto, é realizada uma breve abordagem histórica da cooperação entre o Brasil e países do continente africano, destacando especificamente a cooperação com a Namíbia na área de defesa naval. Levando em consideração a aproximação cada vez maior da China com este país, é destacado o impacto da expansão da influência chinesa na cooperação Brasil-Namíbia na esfera de defesa do entorno estratégico do Atlântico Sul.

Como afirmam Abdenur e Souza Neto (2014), os estudos sobre a Cooperação Sul-Sul brasileira concentram-se em analisar as ações nas áreas sociais e econômicas. Todavia, a cooperação brasileira também tem ações crescentes na área de defesa, contando com a parceria das Forças Armadas do Brasil para implementação dos projetos junto à Agência Brasileira de Cooperação (ABC), que faz parte da estrutura do Ministério das Relações Exteriores (MRE). Deste modo, este artigo busca contribuir para os estudos na área, destacando a cooperação entre Brasil e Namíbia.

Levando em consideração a aproximação da China com a Namíbia, é destacado o impacto da expansão da influência chinesa na cooperação Brasil-Namíbia na esfera de defesa do entorno estratégico do Atlântico Sul.

Este artigo utiliza o método bibliográfico para promover uma análise histórica das relações mencionadas e faz uso da técnica de entrevista para obter informações primárias sobre o tema. A entrevista foi realizada com um oficial da reserva da Marinha Brasileira e contribuiu bastante para entendimento e análise do tema apresentado.

O tema foi analisado a partir do arcabouço analítico de Alfred Thayer Mahan (1890) que defende a projeção do poder naval como uma vantagem comparativa na esfera geopolítica. Assim, enfatiza a importância da expansão naval para a ampliação da capacidade de projeção de poder de um país.

A partir do exposto, este artigo parte do seguinte questionamento: quanto a aproximação entre a China e a Namíbia pode afetar a cooperação brasileira na área de defesa do Atlântico Sul? A hipótese central é que a presença da China na Namíbia afeta diretamente os interesses brasileiros na defesa do Atlântico Sul. Dessa forma não se pode excluir a possibilidade de uma futura projeção naval da China no Atlântico Sul, o que afetaria a política de cooperação em defesa do Brasil nesta área estratégica.

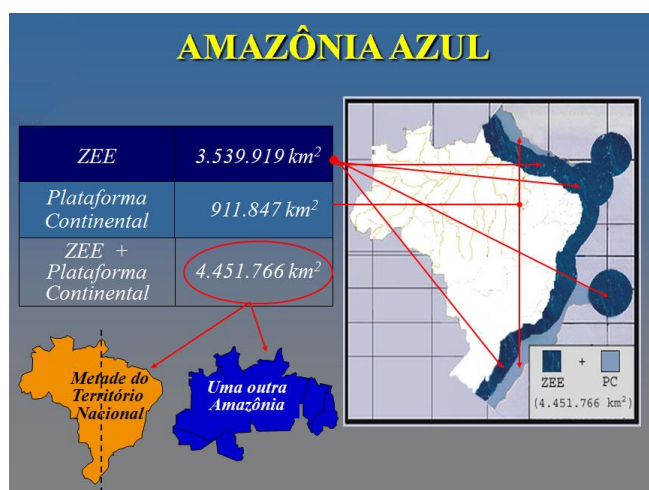
Este artigo está dividido em cinco seções, além desta introdução. A segunda seção aborda o Atlântico Sul, apresentando uma breve explicação do que se trata esta área em questão e a sua relevância para o Brasil no tema de defesa, assim como também em outros âmbitos. Na terceira seção é apresentada a cooperação entre o Brasil e o continente africano, sendo tratada especificamente o histórico da cooperação entre a Namíbia e o Brasil e o padrão de cooperação que o governo brasileiro pratica. A quarta seção retrata os desafios que o Brasil enfrenta na cooperação com os namibianos, como a falta de recursos e a investida da China neste país. Na quinta seção utiliza-se a abordagem analítica de Mahan (1890) para analisar o poder marítimo do Brasil, da China e a cooperação com a Namíbia. Por fim, uma conclusão é apresentada com as considerações finais sobre o tema estudado.

2. O ATLÂNTICO SUL E SUA RELEVÂNCIA

Em suas dimensões política, econômica, social, militar e ambiental, os oceanos têm

desempenhado um importante papel na história das civilizações. Os espaços marítimos são decisivos para o fluxo de comércio, para a exploração de recursos e o transporte, se configurando como parte importante do processo de globalização. No caso do Brasil, o mar possui uma relevância inquestionável para seu progresso e desde o descobrimento do país, vem sendo instrumentalizado para determinado fim (SILVA, 2014, p. 202).

O Brasil é um país de dimensões continentais que possui cerca de 8,5 milhões de km² de área terrestre e uma área marítima de 4,5 milhões de km², em grande parte derivada de seu imenso litoral (7,4 mil km), configurando o que se denominou como uma verdadeira "Amazônia Azul"[1]. Nessa imensa área, incluindo a camada do pré-sal[2], estão as maiores reservas de petróleo e gás, fontes de energia imprescindíveis para o desenvolvimento do país, além da existência de grande potencial pesqueiro, mineral e de outros recursos naturais (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2012, p. 17).

Figura 1- "Amazônia Azul"

Fonte: Poder Naval[3].

O litoral brasileiro possui dois segmentos, o primeiro vai do cabo de São Roque, no Nordeste, ao arroio Chuí no Sul e, o segundo estende-se do cabo de São Roque ao rio Oiapoque, no Norte. O primeiro segmento vincula o país fisicamente ao Atlântico Sul tratando-se da faixa mais povoada do território onde estão localizados os principais portos, por meio dos quais se viabiliza a maior parte do comércio exterior brasileiro. Este segmento marítimo é vital para o relacionamento (político e econômico) com os países vizinhos do Cone Sul. Já o segundo segmento projeta o Brasil para a porção norte da

[1]"A "Amazônia Azul" é o patrimônio brasileiro no mar. Trata-se da extensa área oceânica, adjacente ao continente brasileiro, que corresponde a, aproximadamente, 52% da nossa área continental e que, devido à importância estratégica, passou a ser denominada "Amazônia Azul" pela Marinha do Brasil. Envolve a Zona Exclusiva brasileira que tem uma área oceânica de aproximadamente 3,6 milhões de km², os quais, somados aos cerca de 900 mil km² de Plataforma Continental além das 200 Milhas Náuticas, reivindicadas junto à ONU, perfazem um total aproximado de 4,5 milhões de km²". Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/sic/amazonia-azul.html>. Acesso em: 24/07/2015.

[2]O pré-sal é uma província composta por grandes acumulações de óleo leve, de excelente qualidade e com alto valor comercial. Disponível em: <http://www.petrobras.com.br/pt/nossas-atividades/areas-de-atuacao/exploracao-e-producao-de-petroleo-e-gas/pre-sal>. Acesso em: 23/07/2015.

[3] Disponível em: <http://www.naval.com.br/blog/2010/10/16/poder-naval-no-seminario-da-amazonia-azul-na-escola-naval/>. Acesso em: 24/07/2015.

África, para a Europa Ocidental, Canal do Panamá, Caribe e América Central e do Norte (*Ibidem*, p. 20).

O Atlântico Sul possui áreas estratégicas significativas como a "Garganta Atlântica", entre a costa do Nordeste brasileiro e a África Ocidental, espaço intercontinental vital para o comércio mundial. As passagens ao sul, que ligam o Atlântico ao Pacífico, constituem uma via alternativa ao Canal do Panamá, principalmente para navios de grande porte. A rota do Cabo da Boa Esperança, por conectar o Atlântico Sul ao oceano Índico, é uma alternativa ao canal de Suez, oferecendo, ainda, o melhor acesso marítimo à Antártica (*Ibidem*, p. 38).

Na dimensão global, o Atlântico Sul tem uma importância relativa como via de comunicação marítima e é periférico em termos estratégicos. Mas, no âmbito regional e local, a sua importância econômica e geopolítica é fundamental, sendo para o Brasil uma via de transporte essencial para o seu comércio exterior, fonte de riquezas, especialmente na exploração de petróleo, elemento fundamental para a sua defesa e via para a sua projeção marítima internacional (SILVA, 2014, p. 202).

Assim, como podemos observar, o Atlântico Sul é de importância vital para a economia brasileira e para defesa do território brasileiro. Conforme mencionam Abdenur e Souza Neto (2014), atualmente, cerca de 95% do comércio exterior do Brasil circula por rotas marítimas no Atlântico Sul. Deste modo, o monitoramento do Atlântico Sul é de extrema importância para garantir a segurança das rotas comerciais (além de recursos potenciais, como petróleo no pré-sal).

Por possuir a maior costa entre os países banhados pelo Atlântico, o Brasil exerce uma influência natural sobre o Atlântico Sul, e assim, o considera parte integrante do seu entorno estratégico, devendo defendê-lo. Assim como há relação direta entre a estabilidade sul-americana e a estabilidade brasileira, a paz no Atlântico Sul é condição essencial para a manutenção da segurança do Brasil. Os problemas do Atlântico Sul são, portanto, problemas do Brasil (NERI, 2014 p.10).

Para viabilizar a defesa sul-atlântica, o Brasil propôs em outubro de 1986, no âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU), a criação da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS). Esta foi aprovada pela resolução 41/11 da ONU que conclama os países militarmente significativos de outras regiões a não introduzirem armamentos de destruição em massa no Atlântico Sul. Sua presença militar nesse oceano deve ser reduzida e, futuramente, eliminada. Conflitos e rivalidades estranhos ao Atlântico Sul não devem ser projetados sobre ele por países situados em outras regiões (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2012, p. 39).

A ZOPACAS inclui países da costa leste da América do Sul e da costa oeste da África. Atualmente possui 24 países membros: África do Sul, Angola, Argentina, Benin, Brasil, Cabo Verde, Camarões, Congo, Costa do Marfim, Gabão, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Libéria, Namíbia, Nigéria, República Democrática do Congo, São Tomé e Príncipe, Senegal, Serra Leoa, Togo e Uruguai (*Ibidem*, p. 39).

Dentre os principais objetivos da ZOPACAS estão: preservar a independência, a soberania, a integridade territorial e desenvolver as relações sob condições de paz e liberdade; preservar a região da militarização, da corrida armamentista, da presença de bases militares estrangeiras e, sobretudo, das armas nucleares; promover a cooperação regional para o desenvolvimento econômico e para a paz; estimular os princípios e normas do direito internacional aplicáveis ao espaço oceânico; impulsionar a paz e a segurança internacionais, eliminando todas as fontes de tensão na região; incentivar a proteção do meio ambiente e a conservação dos recursos da área oceânica. Dentre os objetivos já alcançados destaca-se o incentivo à independência da Namíbia e ao fim do *apartheid* na África do Sul (CABRERA; SOUZA; CORREIA, 2007, p. 3).

Percebe-se que a criação de uma identidade sul-atlântica por meio da ZOPACAS é

uma tarefa complexa. Primeiramente, porque o Atlântico Sul é compartilhado com dezenas de nações do continente africano. Segundo, por conta da presença de possessões extra-regionais. E, por fim, pelas características das normas vigentes no mar, onde a liberdade de navegação não permite um conceito restrito de "territorialidade", visto que isso significaria reduzir a capacidade da potência militar hegemônica e das potências navais de atuarem na política internacional através de suas forças navais (SILVA, 2014, p. 209).

A manutenção do Atlântico Sul como uma zona de paz, livre de armas de destruição em massa requer que os países lindeiros tenham capacidade para juntos, manterem-na livre de ameaças extra-regionais. Tal capacidade se faz necessária, ainda, para que as linhas de comunicações marítimas que atravessam o Atlântico Sul se mantenham em funcionamento, preservando, dessa maneira, a boa ordem no mar (NASER; MORAES, 2014, p.12).

> Para alcançarem tal objetivo, os países lindeiros devem dispor de meios materiais e humanos adequados, ademais da necessidade de certo grau de institucionalidade nas relações entre os dois lados do Atlântico Sul, facilitando o diálogo dos temas de interesse mútuo e o avanço de atividades de cooperação (*Idem*, p. 12).

Assim, fica claro que a estabilidade sul-atlântica depende, fundamentalmente, de processos ocorridos na costa ocidental africana, visto que esta também é banhada por tal oceano. Por isso, o entorno estratégico brasileiro se estende até a outra margem do Atlântico. Esse é um dos motivos pelo qual o Brasil busca contribuir para o desenvolvimento desses países, em áreas tão diversas como saúde, educação, agricultura e segurança pública (*Ibidem* p. 10).

3. COOPERAÇÃO BRASIL-ÁFRICA

O Brasil emprega uma política de cooperação Sul-Sul com o continente africano pautado na ideia de estreitamento das relações com os países dessa região. Para isso busca desenvolver a construção de identidade comum com os países da costa da África, tendo em vista que o Atlântico Sul representa uma área de importância geopolítica e econômica. Essa importância se dá pelas oportunidades que são oferecidas por esse oceano, tanto nas áreas de minérios, petróleo, quanto a sua biodiversidade, entre outros recursos que poderão ser explorados (ABDENUR; SOUZA NETO, 2014, p.219).

É importante destacar que nem sempre a relação Brasil-África foi de intensa cooperação, apesar da história colonial comum com alguns países africanos. Conforme menciona Lechini (2008), a aproximação do Brasil com os países do continente inicia de forma ainda incipiente nos anos 1950, no contexto de descolonização africana. Todavia, será a partir dos anos 1970, que a política externa brasileira dará uma nova dimensão ao continente, reforçando relações diplomáticas, comerciais e políticas. Ao longo dos anos 1990, a política externa brasileira para a África passou por uma fase mais seletiva, em que o país priorizou as associações estratégicas (com a África do Sul, Angola e Nigéria – fornecedores de petróleo, Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e a Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) sob o guarda-chuva do Mercosul) (LECHINI, 2008).

Neste novo século, sob a Presidência de Lula (2003-2010) a política africana se tornou o vetor da Cooperação Sul-Sul, adquirindo um perfil multifacetado, conforme propõe Visentini (2014, p.44). O autor menciona que houve uma aproximação político-diplomática intensa, facilitada pela diplomacia presidencial de Lula.

> A diplomacia brasileira buscou potencializar a atuação internacional africana e estimulou a criação, nos marcos da Cooperação Sul-Sul, do Fórum de Diálogo IBAS

> (Índia, Brasil e África do Sul), e das trienais Cúpulas América do Sul- África (ASA) e América do Sul-Países Árabes, além de dar novo impulso à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e à Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS)" (VISENTINI, 2014, p.44)

No que tange à cooperação Sul-Sul na área de defesa e segurança com o continente, é importante destacar que uma das formas que o Brasil arquiteta a sua política de influência é através da ZOPACAS, fórum de cooperação e diálogo que busca consolidar os interesses de seus membros na zona do Atlântico Sul. As relações cooperativas do Brasil nesta região buscam a construção de um "cinturão de boa vontade[4]", em virtude do fortalecimento dessa organização para prováveis e futuras ameaças.

O poder naval brasileiro nas relações de cooperação com os países da costa ocidental africana se mostra como uma ferramenta eficaz da política externa brasileira e da política de defesa. Temos como exemplo a relação de sucesso em cooperação Sul-Sul entre Brasil e Namíbia na área de defesa e segurança do Atlântico Sul (ABDENUR; SOUZA NETO, 2014, p.219).

3.1 HISTÓRICO DA COOPERAÇÃO BRASIL-NAMÍBIA

A ligação brasileira com a Namíbia aparece antes mesmo da independência do país africano, em 1990, da África do Sul. As relações diplomáticas iniciaram-se com o apoio do então presidente José Sarney, em 1987, ao líder da Organização do Povo do Sudoeste Africano (SWAPO)[5] ao recebê-lo em Brasília (MINISTERIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2015).

É importante destacar que a Namíbia, recém independente, precisava organizar as Forças Armadas, como Exército, Aeronáutica e Marinha. É neste âmbito que se insere a cooperação entre o país e o Brasil, país "vizinho" que está do outro lado do Atlântico, a 6 mil km de distância (QUERO, 2013).

Figura 2- Brasil e Namíbia

Fonte: História em Projetos[6].

---

[4] Discurso do ex-Ministro da Defesa, Celso Amorim, na abertura do II Seminário de Defesa Nacional, realizado na Escola Superior de Guerra, no Rio de Janeiro, em 15 de fevereiro de 2012.

[5]A SWAPO é um movimento político criado em 1960 que lutava contra a opressão colonial e o *apartheid*, em favor da independência da Namíbia. Disponível em: <http://www.swapoparty.org/swapo_party.html>. Acesso em: 23/07/2015.

[6] Disponível em: <http://historiaemprojetos.blogspot.com.br/2010/05/entre-namibia-e-o-brasil-o-mundo.html> Acesso em: 24/07/2015.

A relação bilateral entre Brasil e Namíbia teve e tem ênfase na área de defesa. As primeiras ações de cooperação ocorreram na área de estruturação e formação da marinha da Namíbia, através do estabelecimento do Acordo de Cooperação Naval Brasil Namíbia (ACNBN) em 1994. Este acordo definiu a construção da marinha da Namíbia, assim como o adestramento das tropas e estudos de sua região hidrográfica, que visavam a melhor utilização dos seus recursos, o fornecimento de equipamentos e navios adequados para a proteção da costa namibiana e as responsabilidades financeiras quanto à formação dos militares, custeada pelo Brasil (ALMEIDA, 2012, p.36).

A cooperação do Brasil com a Namíbia nesta área foi estratégica desde o início, visto que o objetivo era garantir a segurança no Atlântico Sul (QUERO, 2013). A expectativa da Marinha do Brasil (MB) para essa cooperação era o retorno do investimento na medida de compensação dos custos do ACNBN. A execução do acordo de intercâmbio de conhecimento entre os países se constituía pela formação dos militares namibianos em território brasileiro e o envio de militares da MB para secretariar o Ministério de Defesa namibiano. Assim, na década de 1990 iniciou-se construção da Marinha Namibiana com cooperação brasileira (ALMEIDA, 2012, p. 40).

Como previsto no acordo, o Brasil auxiliou no mapeamento hidrográfico da costa namibiana. Para a realização desse estudo houve a necessidade de um trabalho conjunto entre os órgãos público e privado brasileiros. Assim, a Empresa Gerencial de Projetos Navais (EMGEPRON)[7] atuou junto à MB no mapeamento hidrográfico e no desenvolvimento da infraestrutura de apoio logístico após a assinatura do acordo. Em razão desse apoio, o porto de Walvis Bay (Baía das Baleias) foi o local escolhido para o início da operação, e também onde seria construída a futura base naval (*Ibidem*, p. 41).

O fornecimento das embarcações para a Namíbia, conforme previsto no acordo sofreu mudanças, devido a limitação de recursos do país recém-independente. Assim, houve reavaliação da forma como os navios seriam empregados no mar e a tentativa do governo da Namíbia de conseguir empréstimos com o Brasil, A aquisição do primeiro navio-patrulha (NPa) só ocorreu em 2004 (*Ibidem*, p. 42).

É importante destacar que as crises financeiras na Índia em 1997 e na Rússia em 1998 influenciaram o ACNBN, pois devido à crise econômica internacional deste período, que afetou tanto o Brasil, como a Namíbia, os dois países enfrentaram dificuldades em cumprir o acordo. No caso do Brasil, o país não conseguia mais arcar com os custos da formação e treinamento dos militares namibianos. Esta situação levou a uma revisão do acordo (*Ibidem*, p.42).

Em 2001, foi estabelecido o novo acordo de cooperação, no qual consta que os custos de formação seriam acordados pelos órgãos executores. A partir disto, houve a busca pelo fortalecimento da cooperação bilateral, como podemos notar no artigo II, inciso I que afirma que: “as partes cooperarão entre si, com o objetivo de criar e fortalecer a Ala Naval do Governo da República da Namíbia” (EXPEDITO, 2011, p.1). Neste acordo, a MB se propôs a fornecer à Namíbia: assistência na organização de um Serviço de Patrulha Marítima; embarcações; assistência no planejamento; desenvolvimento de uma infraestrutura apropriada à atracação e suporte logístico para embarcações.

A intensificação das relações bilaterais favoreceu a área diplomática e as atividades do ACNBN. A partir de 2003, foi possível notar esta intensificação, tanto que neste mesmo ano o Brasil fez a doação de uma corveta, que passou para o controle da marinha da Namíbia, após reparo. Para auxiliar na manobra operacional desta aquisição foi criado o Grupo de Apoio

[7]A EMGEPRON é uma empresa pública, vinculada ao Ministério da Defesa, por intermédio do Comando daMarinhado Brasil, e que atua na gerência de projetos e na comercialização de produtos e serviços do setor naval da indústria de defesa nacional.

Técnico (GAT), que foi estabelecido na Namíbia (ALMEIDA, 2012, p. 44- 45). No ano seguinte foi acordada a construção de um NPa e de duas Lanchas-Patrulhas (LPa). As embarcações foram entregues em 2009 e 2011, respectivamente.

A criação do Corpo de Fuzileiros Navais da Namíbia (CFN-N) foi outro elemento importante para estreitar as relações. Ficou decidido que a MB daria apoio para o treinamento do CFN-N na própria Namíbia. Em 2008 deu-se início à cooperação referente ao CFN-N (EXPEDITO, 2011, p.4-6).

A disposição brasileira em cooperar e investir recursos humanos e materiais nesta relação demonstra o grau de importância da Namíbia para o Brasil na área de defesa e segurança do Atlântico Sul.

3.2 O PADRÃO DE COOPERAÇÃO DO BRASIL

O padrão de cooperação que o Brasil pratica busca fazer uma ligação entre a sua política externa e a sua política de defesa que tem como meta aumentar a influência brasileira dentro e fora da sua área regional. Desta forma, o modo como o Brasil se relaciona com os países africanos, pela cooperação Sul-Sul, faz com que a sua imagem ganhe cada vez mais força no cenário internacional. Para ampliar a cooperação o governo brasileiro se utiliza da ZOPACAS, da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), entre outras instituições, como os órgãos militares. O sucesso da cooperação entre o Brasil e a Namíbia se dá por vinte e um anos, e resulta da orientação pacifista do Brasil, do distanciamento dos conflitos internacionais e do desenvolvimento que a Marinha Brasileira possuía na época em que a cooperação foi estabelecida (ABDENUR; SOUZA NETO, 2014, p. 216-219).

Ao longo da história da cooperação entre os dois países é possível notar os ganhos que a Namíbia obteve. O mapeamento hidrográfico possibilitou ao governo daquele país explorar de forma mais eficiente a sua Zona Econômica Exclusiva (ZEE) e também prevenir a sua costa das novas ameaças, como a pirataria, o tráfico de drogas, a pesca ilegal e outras atividades ilícitas. Outro exemplo é o Levantamento da Plataforma Continental realizado em 2002 pela EMGEPRON. A plataforma continental visava possibilitar aquele Estado reivindicar junto à ONU a extensão das suas águas jurisdicionais (ONU, 2009). Também é importante destacar os ganhos com formação de pessoal, que foram treinados pela equipe da MB.

A questão comercial aparentemente não tem grande relevância na cooperação entre os países. O Brasil não tem um histórico exportador para a Namíbia, a exportação brasileira concentra-se na área de defesa, ou seja, armamentos, equipamentos, materiais e serviços, que buscam promover à indústria defesa do Brasil. No segmento de defesa os governos brasileiros e namibianos pretendem ampliar a cooperação nas áreas terrestre (Exército) e aérea (Aeronáutica). Essa intenção foi manifestada em 2013, com a visita do então Ministro da Defesa, Celso Amorim, à Namíbia, que além de estreitar as relações, gerou outros resultados positivos como a exportação de viaturas militares para a força de defesa namibiana[8].

O padrão de cooperação do Brasil com os países do Atlântico Sul é fundamentado no intercâmbio de conhecimento e respeito à autonomia dos países, como ocorreu no caso da Namíbia. O padrão de cooperação que o Brasil vem exercendo, principalmente com a Namíbia, é de cunho estratégico militar e suporte à manutenção de seus interesses soberanos, assim também como da ZOPACAS. O intercâmbio técnico e intelectual oferecido pelo Brasil de forma a instruir e habilitar a defesa naval namibiana tem um reconhecimento de parceria e

[8] Disponível em: <http://www.defesanet.com.br/defesa/noticia/9823/Brasil-e-Namibia-querem-expandir-cooperacao-bilateral-na-area-militar>. Acesso em: 24/07/15.

não de ganhos relativos. Isto não significa que o Brasil não tenha um interesse estratégico claro na cooperação com o país, mas que a cooperação é realizada a partir da identificação das necessidades namibianas, respeito às condições históricas, culturais e sociais do país.

4. DESAFIOS À COOPERAÇÃO DO BRASIL COM A NAMÍBIA

O Brasil enfrenta alguns desafios na cooperação com a Namíbia, como restrição de recursos orçamentários e a crescente presença da China na região e no país. O Brasil historicamente fornece ajuda em defesa, baseada na ajuda econômica na área militar. Entretanto, a deficiência orçamentária do Brasil nos últimos anos é um problema na relação, pois não detém recursos suficientes.

Outra questão é a presença cada vez maior da China no continente, decorrente de sua investida por recursos, o que intensificou suas relações com a Namíbia. Esta significativa investida econômica resultou na construção de projetos de prestígios, dentre os quais estão a construção de centros esportivos e construções de grande porte, que marcam a presença asiática. Na área de defesa, a marinha tem sido destaque pela ajuda com o navio *Elephant*, de apoio logístico, treinamento militar e armamentos. Assim, a Namíbia tem se tornando mais dependente da China, que por sua vez, tem aumentado sua área de influência para a obtenção de recursos visando sustentar o seu crescimento. As seções a seguir aprofundam a abordagem dos temas.

4.1 DEFICIÊNCIAS DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

Em 2015, o Ministério da Defesa terá um orçamento de R$ 17,028 bilhões em custeio e investimento. Esse volume de recursos representa contingenciamento de R$ 5,617 bilhões (24,8%) em relação ao fixado na Lei Orçamentária Anual (LOA) que era de R$ 22,645 bilhões. Sabe-se que restrições orçamentárias semelhantes têm atingido outros setores nacionais e compreende-se que ela seja decorrência da situação econômica e financeira do país. Diante disto o Ministério da Defesa se manifestou afirmando estar ciente de que o reajuste fiscal é condição essencial para a estabilidade econômica do País[9].

Assim, a Namíbia e o Brasil têm como desafio dar continuidade aos projetos, mostrando a necessidade de adaptação às novas circunstâncias de modo a contribuir aos interesses nacionais para a defesa do entorno estratégico do Atlântico Sul (ALMEIDA, 2012).

As restrições orçamentárias da Namíbia e a falta de capital do Brasil levaram à repartição de custos entre ambos os países. Dessa forma, a Namíbia tem recebido ofertas apresentadas por potências estrangeiras, principalmente da China. A questão orçamentária brasileira favorece o governo chinês na sua inserção na Namíbia, pois, em 2011 os investimentos na África por parte do Brasil foram de U$27,66 bilhões enquanto o fluxo comercial com a China foi de U$166 bilhões (ABDENUR. et al, 2015, p.6).

Percebe-se que os recursos destinados às Forças Armadas do Brasil são insuficientes, não condizendo com a estatura político-estratégica da nação (PINTO; ROCHA, 2005, p.125-139). Encontra-se inserido na Estratégia Nacional de Defesa (END) um esforço para melhorar os recursos do Exército, Marinha e Aeronáutica com um investimento de R$66,4 bilhões em projetos estratégicos, de 1999 até 2030. Alguns desses projetos são: desenvolver o submarino de propulsão nuclear, fortalecer a vigilância fronteiriça com uso de radares, aquisição de novos blindados e anfíbios, conduzir a produção semi-industrial de combustível nuclear, construção de navios-patrulha oceânicos e renovar a frota de superfície com embarcações

---

[9] Disponível em: <http://www.defesa.gov.br/arquivos/orcamento_financas/execucao_orcamentaria_2000_2015.pdf>. Acesso em: 15/07/2015.

modernas, compra de novos caças e helicópteros, melhorar o transporte militar com o desenvolvimento de novos cargueiros pela Embraer e adquirir material bélico[10].

4.2 PRESENÇA DA CHINA

Outro desafio é a presença cada vez maior da China no continente, decorrente de sua investida por recursos, o que intensificou suas relações com a Namíbia. Historicamente, a presença chinesa no continente africano evoluiu de uma estratégia diplomática, concentrada na agenda político-ideológica, para o foco político-econômico **(**ALDEN, 2006, p.52).

A conferência Afro-Asiática de Bandung, 1955, consagrou o movimento dos Países Não-Alinhados. Na terceira conferência, intensificaram-se os movimentos de descolonização na África entre as décadas de 1960 e 1970. Nesse período, a China passou a declarar apoio aos movimentos de descolonização e estabelecer relações diplomáticas. Isso foi um marco na diplomacia e na cooperação econômica, com ajuda financeira para obras de infraestrutura, e com o objetivo de estabelecer a imagem chinesa diante da cooperação Sul-Sul (ALMEIDA, 2012, p.53).

No início deste século, a China aumentou bastante sua presença na região, envolvendo empresas na exploração do petróleo, do gás e da pesca no Atlântico Sul. Além desse aspecto, a China fortaleceu sua cooperação militar com os países africanos, inclusive com a Namíbia (ABDENUR; SOUZA NETO, 2014). Em certos casos, a presença chinesa se tornou alvo de insatisfações, pois trouxe efeitos negativos à economia, devido a substituição de mão de obra local por chinesa e, por conseguinte, o fechamento de muitos locais de trabalho no comércio nacional, por conta dos baixos preços dos produtos chineses. Tais circunstâncias resultaram na indignação da população africana e a instabilidade nacional frente à entrada chinesa na África (ALDEN, 2007, p.60).

Conforme mencionam Abdenur e Souza Neto (2014), o acordo de cooperação da China com a Namíbia inclui treinamento de oficiais, fornecimento de equipamentos e embarcações, concorrendo claramente com a cooperação implementada há mais de duas décadas do Brasil com o país. Além da área naval, também há cooperação no campo econômico e imigração de chineses para a Namíbia (ALMEIDA, 2012). No setor econômico, a China tem grande necessidade de manter o comércio com a Namíbia, pois tal potência asiática precisa importar *commodities* para sustentar seu crescimento. Já a Namíbia se beneficia da importação de produtos de baixo custo.

A China tem como foco a compra de recursos naturais e isso é revelado analisando os principais produtos que importa da Namíbia, como urânio, cobre e zinco. Um caso delicado é a compra de urânio pelo grupo chinês *Guangdong Nuclear Power* que detém a mina *Husab*, que parece ser uma das maiores do mundo. Essas relações comerciais movimentaram o equivalente a 529 milhões de dólares em 2010 (HALPER, 2012, p.62 *apud* ALMEIDA, 2012 p.34).

Na área da defesa, os primeiros contratos obtidos pela China foram na área de construção. Em 2007, a Academia Militar foi construída através do fornecimento de um empréstimo de US$8,5 milhões livre de juros. Juntamente com esse empréstimo, o governo namibiano adquiriu várias aeronaves militares chinesas (ALMEIDA, 2012, p.35).

Outro grande passo na cooperação sino-namibiana foi a compra com custos reduzidos do S-11 NS *Elephant*, um navio-patrulha de 180m de comprimento e 2.660 toneladas de deslocamento construído pelo estaleiro Wuchang, da cidade chinesa de Wuhan que aumentou

[10] Disponível em: <http://www.defesa.gov.br/projetosweb/estrategia/arquivos/estrategia_defesa_nacional_portugues.pdf>. Acesso em: 25/07/15.

a influência militar chinesa[11]. O governo chinês, juntamente com o navio, ofereceu também serviços e armamentos. Todos esses fatores acima mencionados contribuíram para que a China intensificasse sua presença na capacitação militar da Namíbia e também no apoio logístico de todas essas operações.

> "No campo naval, a recente aquisição do "*Elephant*" parece indicar que o ACNBN deixou de ser um fator inibidor para o aprofundamento da cooperação sino-namibiana, o que pode trazer profundas consequências para o futuro desse acordo. Tendo em vista a relevância do ACNBN, bem como a possibilidade de expandir esse tipo de parceria para outros países da África atlântica, é essencial que o Brasil busque alternativas eficazes para manter a atratividade do acordo frente à nova concorrência imposta pela China" (ALMEIDA, 2012, p.16).

Em pesquisa para este artigo, foi realizada uma entrevista junto ao professor José Vanni Filho, oficial da reserva da MB e atualmente Adjunto Técnico-Comercial da EMGEPRON, através da qual mantém contato comercial com a Namíbia (fornecimento de equipamentos, manutenção de navios, cursos ministrados e outras esferas). Quando questionado sobre a presença da China na Namíbia, o professor José Vanni Filho afirmou:

> "a Namíbia está tendo muito assédio da China agora. A China vendeu algumas aeronaves para a Namíbia e também um navio, o Elefante, mais todos os comandos estão em chinês, ou seja, para cada avião precisa de um chinês, tendo uma relação de dependência".

Diante da fala do professor, pode-se observar que a cooperação da China com o país é distinta da relação brasileira neste aspecto. Enquanto a relação do Brasil aponta para uma relação mais simétrica e de parceria, a cooperação chinesa no caso supracitado instituiu dependência dos namibianos para utilização dos recursos repassados pela China.

É importante destacar que em janeiro deste ano o jornal "*The Namibian*" publicou uma reportagem afirmando que uma delegação da China iria a Namíbia para negociar a instalação de uma base naval chinesa em Walvis Bay, que abriga a principal base da Marinha namibiana e também a Missão de Assessoria Naval do Brasil. A base chinesa teria como objetivo cooperar na repressão à pesca ilegal (que é praticada por muitos barcos de pesca chineses) e cooperar na formação da Marinha namibiana (área alvo da cooperação brasileira no país). No entanto, a informação foi negada pelo Ministério da Defesa chinês. Segundo Nahas Angula, Ministro da Defesa da Namíbia, não houve discussão com os chineses sobre a construção de uma base naval[12], no entanto esta notícia aponta para a necessidade de uma preocupação para o governo brasileiro, visto o crescente estreitamento dos vínculos da China com o país.

Neste tocante, cabe destacar artigo de Robert O`Brien (2015) na revista *Real Clear Defense* intitulado "*China's Next Move: A Naval Base in the South Atlantic*?". O autor destacou que esteve ao país e que a possível instalação de uma base naval chinesa no país era o assunto na capital. O`Brien (2015) destaca a tamanha influência chinesa no país:

> "Alguns namibianos têm destacado que a China já possui um grande satélite monitorando instalações no país. A China está desenvolvendo minas de urânio importantes naquela região. Imigrantes chineses estão abrindo lojas em cada canto do país. Um namibiano me disse que ele não ficaria surpreso se as próximas eleições da Namíbia tivessem seu primeiro membro do parlamento chinês. Um local, que

[11]Disponível em: <http://www.naval.com.br/blog/2015/01/24/base-chinesa-em-walvis-bay-poe-em-xeque-trabalho-da-missao-naval-do-brasil-na-namibia/>. Acesso em: 23/07/2015.
[12]Disponível em: <http://www.naval.com.br/blog/2015/01/24/base-chinesa-em-walvis-bay-poe-em-xeque-trabalho-da-missao-naval-do-brasil-na-namibia/>. Acesso em: 23/07/2015.

> trabalha no porto, disse que ele tem escutado que a Marinha irá implantar de quatro a seis navios de guerra para a base prospectada. Uma vez que isto ocorra, ele argumentou, que a Namíbia se tornaria, em essência, uma colônia chinesa" (Tradução livre).

Diante do exposto, como esta influência chinesa impacta o Brasil? A projeção do dragão asiático pode se tornar um desafio à defesa do Atlântico Sul, pois não é possível saber em que medida sua crescente presença pode se tornar uma ameaça ao equilíbrio da cooperação entre o Brasil e a Namíbia, implicando no replanejamento estratégico brasileiro para defesa do Atlântico Sul. O ACNBN e a ZOPACAS podem sofrer alterações pela crescente aproximação chinesa. Conforme menciona Almeida (2012, p.69), "a recente aquisição de meios chineses, a custos reduzidos, pode refletir uma tendência preocupante para a MB, na medida em que as vantagens oferecidas pela potência asiática dificilmente poderão ser suplantadas pelo ACNBN, na sua atual configuração". Torna-se necessário, portanto, o governo brasileiro rever sua estratégia para a Namíbia e sua cooperação.

Outro ponto importante é que qualquer instabilidade na região, que provoque ações armadas, como pirataria e terrorismo, afetam os interesses brasileiros. Isto desperta o temor de que se a estabilidade não for garantida no país ou na região por meios próprios ou com o apoio de seus vizinhos sul atlânticos (como o Brasil), potências estrangeiras, como a China, sejam as responsáveis por prover a segurança necessária (ALMEIDA, 2012, p. 72).

> "É fundamental, portanto, que o Brasil detenha a capacidade de acompanhar regularmente a evolução do ambiente de segurança no Atlântico Sul e esteja em condições de cooperar com os países da África ocidental em questões de interesse comum. Por se tratar de um espaço predominantemente marítimo, o poder naval se constitui no instrumento, por excelência, à disposição do Estado para salvaguardar os seus interesses na região" (ALMEIDA, 2012, p.73).

5. ELEMENTOS DE PODER MARÍTIMO: A VISÃO DE MAHAN

Alfred Thayer Mahan, foi um importante oficial da Marinha dos EUA, cujo pensamento estratégico marítimo influenciou muitos líderes políticos e militares. Na obra *The Influence of Sea Power upon History 1660-1783*, publicada em 1890, Mahan expõe a centralidade do mar na grandeza dos países. Esta obra se tornou peça fundamental do pensamento geopolítico sobre assuntos marítimos. É importante salientar que apesar da obra citada ter sido publicada em 1890, continua bastante aplicável para a compreensão do mar no contexto do poder naval e de desenvolvimento econômico dos Estados (CARMONA, 2012).

Alfred Thayer Mahan (1890) descreve seis elementos, condições ou fatores necessários para o poder marítimo de um Estado: (i) posição geográfica, (ii) formação física, (iii) extensão territorial, (iv) tamanho da população, (v) caráter nacional e (vi) caráter do governo. Levando em consideração estes elementos propostos por Mahan (1890), aplicamos, a seguir, sua abordagem à análise do tema apresentado.

Mahan (1980) afirma que países insulares têm vantagem comparativa quando comparados com países continentais, pois podem voltar sua atenção e seus esforços para o mar, sem preocupar-se com ameaças terrestres. Mahan (1890) esclarece, que independente do contexto norte-americano para qual sua obra foi escrita, a posição geográfica como elemento de poder marítimo é a principal condição para obtenção do controle marítimo. (MAHAN,1890, p.33).

A formação física é o segundo ponto analisado por Mahan (1890), onde todo o litoral deve ser visto como uma fronteira, sendo também um meio de comunicação com o resto do mundo através do comércio. Grandes portos, estuários e rios navegáveis facilitariam o comércio no interior do país, mas também seriam pontos de entrada muito fácil em casos de

guerra (MAHAN, 1890, p.35-37). Mahan menciona o povo holandês dizendo que “sem o mar a Inglaterra emagreceria, mas a Holanda morreria”. O que podemos entender com essa afirmação, na atualidade aplica-se a China e Japão, que com capacidade inferior para alimentar seu povo por meio do seu território, necessitam de alternativas, ou seja, a relação de exploração marítima e população indicam a importância de incentivar a relação desta com o mar (CARMONA, 2012, p.30-31).

O terceiro elemento analisado por Mahan (1890) é a extensão territorial ou geográfica que complementam os elementos já citados, pois afetam o poder marítimo de uma nação podendo se transformar em vantagem ou desvantagem. A capacidade do território não se limitaria apenas à extensão, mas também em sua capacidade de transportar bens do interior do país para os portos. Nesse contexto, Mahan expõe a importância de proteger todas as vias navegáveis do território (CARMONA, 2012, p.31-32).

Os fatores de projeção marítima supracitados têm uma abordagem sobre as condições naturais de um país. Já o quarto elemento indicado por Mahan (1890) é o tamanho da população, considerando que o elemento humano afeta no desenvolvimento do poder marítimo, pois “o que interessava não era a população total existente, mas sim a parcela dessa população participante (ou pelo menos disponível) para as atividades marítimas” (MAHAN,1890, p. 41)**.**

Mahan (1890) analisa o caráter nacional, fator essencial de projeção naval. O desenvolvimento de um país está vinculado a inclinação natural para o comércio, pois segundo Mahan (1890) todos os homens procuram riquezas, tendo distinção apenas do modo como as obteriam, em função do caráter nacional. Para tanto, Mahan toma como exemplo os espanhóis do século XVI que se proclamaram “principal poder marítimo do período”. Estes se transformaram em coletores de metais preciosos guiados pelo caráter de avareza, enquanto os ingleses se preocupavam em desenvolver as colônias.

O último elemento analisado é o caráter do governo, compreendido pelos interesses nacionais de um país. Mahan menciona a importância de entrar em acordo com a vontade natural do povo e ter como aspecto central a defesa, adotando precauções em termos ofensivos (CARMONA, 2012, p. 33-36).

Os elementos do poder marítimo que Mahan (1890) traça como condicionantes para uma projeção de poder naval podem ser aplicados ao Brasil diante de algumas de suas políticas. A posição geográfica aplica-se na geografia favorável do Brasil, que pode elevar as chances de domínio no comércio marítimo intensificando o poder militar naval, tendo como vantagem sua posição central em relação ao Atlântico Sul e em especial o saliente nordestino[13] que permitiria um eventual bloqueio sul-atlântico (CARMONA, 2012, p. 26). Contudo, pelo fato da costa brasileira ser extensa nota-se uma vulnerabilidade estratégica. A primeira questão diz respeito às zonas de penetração que são as fozes dos rios, que podem ser vulneráveis em tempo de guerra, como a desprotegida foz do rio Amazonas. A segunda questão é a posse de bases próximas às operações navais estrangeiras, afetando a atuação do Brasil no Atlântico Sul. Um terceiro fator está relacionado à posse dos recursos naturais, porém isso pode se transformar em vantagens para o Brasil.

Aplicando a formação física ao Brasil, podemos considerar que a extensão do litoral brasileiro é uma vantagem em termos econômicos, mas também um fator de fraqueza devido ao fácil acesso em caso de conflito. Também o elemento extensão territorial pode se transformar em vantagem ou desvantagem no caso brasileiro, devido à proteção dos meios de entrada no território.

[13] O Saliente Nordestino abrange o Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas e dista somente 3.000 km do ponto mais ocidental da África francesa. Nesta região passam importantes rotas do tráfego marítimo, Disponível em: <http://port.pravda.ru/mundo/21-10-2008/24926-impgeopolit-2/#sthash.z9IC1zYo.dpuf>. Acesso em: 24/07/2015.

O tamanho populacional demonstra-se como uma vantagem ao Brasil, devido ao extenso território com uma população disponível para participar das atividades marítimas, e que possa ser recrutada em caso de necessidade. O caráter nacional do Brasil, baseado nas análises de Mahan, é um fator positivo encontrado nas inúmeras relações comerciais e de cooperação do país, sendo pacíficas e gerando benefícios mútuos. O último elemento de análise é o caráter do governo, aplicado ao interesse nacional brasileiro. O fator central desse elemento é a defesa dos interesses nacionais e a estruturação de um poder marítimo, capaz de defender o país. A defesa por esta ação é observada nas atividades brasileiras em proteção do Atlântico Sul e que devido a aproximação da China com a Namíbia pode ser um risco futuro para a cooperação em defesa com este país.

Analisando a relação da China com a Namíbia e seus impactos para o Brasil, considerando os elementos de poder naval sugeridos por Mahan (1890), percebe-se que a posição geográfica chinesa não é um fator condicionante para a ação no Atlântico Sul, pois tal país encontra-se afastado, enquanto o Brasil tem uma posição central. Assim, a posição geográfica é uma desvantagem na relação da China com a Namíbia e o Atlântico Sul. Todavia, no que diz respeito ao seu entorno geográfico, a China vem se beneficiando de sua localização, entendendo o oceano territorialmente, percebendo as ilhas como extensões da imensa superfície chinesa, defendendo o controle do mar de forma agressiva (CARMONA, 2012).

A formação física é uma vantagem para China, que detém um grande litoral, colaborando para o comércio marítimo e para a comunicação entre os países, por meio de portos, o que se apresenta como um meio de intensificação de comércio para a Namíbia. Este ponto interfere na relação Brasil-Namíbia, que apesar de ter forte cooperação militar, ainda não possuem grande vínculo comercial. O grande tamanho da população chinesa é uma vantagem para a proteção, pois o território encontra-se povoado impedindo possíveis invasões e também com uma grande parcela disponível para a participação nas questões marítimas, mas esse fator a princípio não afeta diretamente a relação Brasil-Namíbia no Atlântico Sul.

O quinto elemento é o caráter nacional chinês que está relacionado com o aumento do comércio e é um fator que colabora para a intensificação da sua presença na Namíbia, propiciando críticas da população namibiana e gerando certo sistema de dependência. O último elemento é o caráter governamental chinês que compreende os interesses nacionais, como o aumento de suas riquezas. A política da China para com a Namíbia de cooperação cria, como vimos, um sistema de dependência, tanto tecnológica, como financeira, principalmente na área militar. Inclusive, na área militar as ações têm sido intensificadas. Dessa forma, se torna uma ameaça à relação entre Brasil-Namíbia, pois a China tem uma ação mais ofensiva na Namíbia, tanto em termos comerciais, como na cooperação militar, para defender e projetar seus interesses.

Pela análise dos elementos de poder naval de Mahan, pode-se afirmar que o Brasil tem uma projeção de poder militar sobre a Namíbia e o Atlântico Sul, pois a sua posição geográfica é um fator central, se encontra mais perto do continente africano, além de sua formação física, extensão territorial e da costa, favoráveis para constituição de portos profundos, facilitando o comércio e favorecendo as relações marítimas. O caráter nacional e governamental são fatores positivos para as relações entre Brasil-Namíbia, pois este país percebe positivamente o Brasil, como país pacífico e parceiro, que busca o benefício mútuo.

Por outro lado, a China se localiza no centro-leste da Ásia, porém possui um vasto litoral, uma grande população, uma economia crescente e vem investindo em sua capacidade marítima há anos, despontando como potência naval e militar em expansão. Também possui um governo estável (SEMPA, 2015). A China detém tecnologia e capital para se estabelecer em sua costa e em outras partes do mundo comercialmente, porém militarmente sua projeção de poder militar ainda enfrenta algumas dificuldades, pois a China necessita de fortalecimento

militar para solucionar problemas regionais, como no Mar do Sul da China. Ademais, a sua posição geográfica não favorece a sua projeção de poder no Atlântico Sul, pois o caminho percorrido até a costa da Namíbia possui bases militares de países desenvolvidos, além de demandar força militar suficiente (ALMEIDA, 2012, p.72).

Todavia, é inegável que a aproximação cada vez maior da China com países africanos e no entorno geográfico estratégico para o Brasil chamam atenção e preocupam quando há suposições de instalação de bases navais chinesas na Namíbia, por exemplo. Outra razão para preocupação é o fato mencionado por Sempa (2015) de que "assim como a Alemanha antes da Primeira Guerra, a China no século 21 abraçou Mahan [...] os líderes políticos e militares em Pequim não escondem seu desejo de suplantar os Estados Unidos como potência principal da região da Ásia-Pacífico". Embora a prioridade seja o entorno regional asiático, estratégico para a China, o Brasil diante dessas circunstâncias deve ficar atento à expansão chinesa para suas regiões geopoliticamente estratégicas. Assim, cabe ao Brasil diante da ofensiva chinesa na África e na Namíbia, seguir as recomendações de Mahan (1890) revisando sua estratégia de defesa para o Atlântico Sul diante da importância geopolítica deste oceano para o Brasil, sua projeção, sua economia e sua soberania.

6. CONCLUSÃO

Como vimos, a cooperação entre Brasil e Namíbia teve desde o início ênfase na área de defesa, com o estabelecimento em 1994 do ACNBN e os acordos subsequentes que foram firmados pelos países na área naval, auxiliando o país na estruturação de sua Marinha, no planejamento e desenvolvimento de uma infraestrutura apropriada à atracação e suporte logístico para embarcações, na organização de um Serviço de Patrulha Marítima, no apoio na criação do Corpo de Fuzileiros Navais da Namíbia, entre outras ações.

Como afirmam Abdenur e Souza Neto (2014, p.232):

> "Embora o discurso oficial enfatize os vínculos com a África Lusófona, a cooperação em defesa, sobretudo na área naval, reflete uma preocupação bem mais abrangente em consolidar um "cinturão de boa vontade" com países costeiros da região, sejam eles lusófonos ou não [...] respaldado, na sua dimensão marítima, pelo argumento de que é necessário proteger os recursos naturais – atuais e potenciais – no Atlântico Sul. "

Apesar do interesse estratégico do Brasil na relação de cooperação com a Namíbia, esta cooperação se apresenta como horizontal e simétrica em termos de ganhos. O Brasil durante mais de 20 anos de cooperação, buscou estabelecer uma relação de parceria fundamentada no intercâmbio de conhecimento e respeito à autonomia do país. Conforme mencionado, a Namíbia obteve muitos benefícios nesta cooperação como a estruturação de sua Marinha, treinamento e conhecimentos técnicos, mapeamento hidrográfico, embarcações, entre outros. O Brasil detém o respeito do país por conta dos seus laços amistosos e histórico pacifista e de cooperação. Todavia, como vimos, as dificuldades orçamentárias e a presença chinesa cada mais vez expressiva na região podem obstaculizar o aprofundamento da cooperação e a projeção de influência do Brasil na Namíbia e no Atlântico Sul.

De acordo com a embaixada chinesa na Namíbia em documento intitulado *China's African Policy (2006),* a relação de amizade entre China e África foi consolidada na longa história de intercâmbio de ambos. Por compartilharem uma experiência histórica similar eles se ajudaram na luta pela libertação nacional e com isso formaram uma profunda amizade. A partir de então, o comércio bilateral e a cooperação econômica cresceram rapidamente. A cooperação em outros campos tem rendido bons frutos e a consulta e coordenação nos assuntos internacionais tem se intensificado.

Para o governo chinês, a cooperação com a Namíbia se estabelece pelos princípios de amizade, igualdade, solidariedade, reciprocidade, desenvolvimento comum e troca de conhecimento, mas tal cooperação é marcada por clara assimetria, pois a China fornece ajuda para assegurar acesso aos recursos de tal país (ALDEN, 2007, p.45).

A China afirma que a cooperação se estabelece visando ganhos mútuos, porém dada a assimetria nas negociações, percebe-se que tal potência asiática tem como objetivo o controle dos recursos naturais da Namíbia, principalmente o urânio, para sustentar seu desenvolvimento. Dada suas intenções, a presença chinesa tem sido vista pela população namibiana com forte desconfiança (ALMEIDA, 2012, p.62). A presença chinesa é notada nos investimentos nas indústrias e no setor varejista, além da entrada de produtos mais baratos do que os produtos nacionais. Neste cenário, muitas indústrias desse setor e do setor de construção tem substituído a mão de obra nacional por trabalhadores chineses, para intensificação da produção de bens manufaturados. Porém, isso tem gerado efeitos negativos na economia namibiana, pois não há oferta de emprego para suprir a demanda da população nacional. Ademais, muitas empresas de grande e médio porte varejista fecharam por conta da concorrência dos produtos chineses. Também foram relatadas várias denúncias de não cumprimento da legislação trabalhista, nas questões do salário, carga horária, dentre outros. Dessa forma, a presença chinesa tem sido causa de instabilidade interna, por conta das insatisfações populares (ALDEN, 2007, p.45).

A cooperação entre China e Namíbia, como foi apresentada acima, demonstra a relação assimétrica entre ambos os países. Existe um intuito de administração dos recursos namibianos subentendidos nos diversos projetos de cooperação, incluindo os da área militar, que envolvem prestação de serviços e compras de armamentos em condições facilitadas, que podem vir a interferir na defesa do Atlântico Sul, diante da expansão da influência militar da China no país (ALDEN, 2007, p.45).

Como vimos, a presença da China na Namíbia interfere, sobremaneira, na relação Brasil-Namíbia, pois tal país asiático detém mais recursos para ajudar os países africanos que o Brasil no momento. Assim, a China utiliza desse meio para marcar sua presença e influência no continente africano e na Namíbia especificamente.

Conforme aponta Almeida (2012), diferente da política brasileira, a política chinesa para o continente africano é coordenada e movimenta diversos setores governamentais, bancos estatais e empresas, facilitando a adoção de postura pragmática e eficaz na busca dos seus interesses.

> “A crescente influência chinesa entre as forças armadas namibianas é resultado dessa política, cuja manifestação mais recente foi a venda à NN, em condições favorecidas, do NApLog “Elephant”. Esta tendência, ao aprofundar os laços logísticos da NN com a RPC, passa a afetar diretamente a cooperação naval brasileira” (ALMEIDA, 2012, p.85).

Almeida (2012) argumenta que o Brasil tem que lidar com a presença naval chinesa em dois níveis: (i) na esfera regional, pois contribui para o aumento da instabilidade, tendo que lidar com a presença militar de potências que não pertencem ao Atlântico Sul; (ii) no âmbito do próprio ACNBN, pois pode existir um desinteresse da Namíbia em manter o acordo com o Brasil.

Deste modo, compartilhamos as propostas de Almeida (2012) para que o Brasil tenha capacidade de lidar com a projeção do dragão chinês no Atlântico Sul. A primeira iniciativa diz respeito à “adoção de uma política verdadeiramente integrada para a África atlântica, coordenando todos os setores envolvidos, à semelhança do que faz a China” (p.86). A segunda iniciativa envolve “a consolidação, liderada pelo Brasil, dos sistemas de monitoramento dos diversos países lindeiros, bem como a expansão dos acordos bilaterais na área de cooperação naval para os Estados interessados, na costa ocidental africana” (p.86). E o

terceiro grupo de iniciativas envolve ações para estimular o interesse namibiano na manutenção do ACNBN, como "a ação coordenada de outros setores governamentais brasileiros, a fim de possibilitar o financiamento e a redução de custos dos bens e serviços fornecidos à Namíbia; a exploração de novos campos de atuação para o acordo, como assessoria na verificação de eficiência de navios, assistência de especialistas em direito do mar [...] como forma de demonstrar o compromisso do Brasil com a preservação da cooperação naval".

Em suma, apesar das deficiências da cooperação Brasil-Namíbia, a projeção do poder militar brasileiro ainda é maior neste país e no Atlântico Sul do o que da China, como foi analisado anteriormente. A projeção de poder da China na Namíbia é maior no aspecto econômico do que militar. No entanto, é inegável que a aproximação cada vez maior da China com países africanos e no entorno geográfico estratégico para o Brasil chamam atenção e preocupam. Assim, o Brasil deve adotar iniciativas, revisando sua estratégia de cooperação com a Namíbia e demais países da costa ocidental africana, utilizando o poder marítimo como importante instrumento na promoção dos interesses nacionais, conforme observa Mahan (1890).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ABDENUR, Adriana Erthal; SOUZA NETO, Danilo Marcondes. O Atlântico Sul na Perspectiva da Segurança e da Defesa entre Brasil e África. In: NASSER, Reginaldo: MORAES, Rodrigo (coords.). **O Brasil e a Segurança no seu Entorno Estratégico**: **América do Sul e Atlântico Sul.** Brasília: IPEA, 2014.

ALDEN, Chris. **China in Africa: Partner, Competitor or Hegemon**. Londres: Zed Books, 2007.

ALMEIDA, Claudio Henrique de Mello. **A presença da China na costa ocidental da África- O caso da Namíbia: implicações para o poder naval brasileiro**. Monografia. Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: https://www.egn.mar.mil.br/arquivos/biblioteca/monografias/cpem/2012/4CPEM12%20MONO%20CMG%20MELLO.pdf. Acesso em: 15/07/2015.

CARMONA, Ronaldo Gomes. **Geopolítica Clássica e a Geopolítica Brasileira Contemporânea: Mahan, Mackinder: e a "grande estratégia" do Brasil para o século XXI.** Dissertação. Escola Superior de Guerra, São Paulo, 2012. Disponível em: http://www.esg.br/images/Compendio_da_Defesa/Dissertacoes/2012;%20Carmona,%20Ronaldo%20Gomes.pdf. Acesso em: 22/07/2015.

EMGEPRON. Site Oficial. Disponível em: <https://www.emgepron.mar.mil.br> Acesso em: 08/07/ 2015.

EXPEDITO, Carlos Stephani Bastos. A Marinha do Brasil e sua projeção no continente africano. **Universidade Federal de Juiz de Fora.** Defesa. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <http://www.ecsbdefesa.com.br/defesa/fts/MBCA.pdf>. Acesso em: 03/07/2015.

HISTÓRIA EM PROJETOS. Entre a Namíbia, o Brasil e o mundo. Disponível em: <http://historiaemprojetos.blogspot.com.br/2010/05/entre-namibia-e-o-brasil-o-mundo.html> Acesso em: 24/07/2015.

LANKA HERALD. **China to set up naval base in Sri Lanka**, 2014 Disponível em:

<http://lankaherald.com/2014/11/19/china-to-set-up-navel-base-in-siri-lanka/>. Acesso em: 30/06/2015.
LECHINI, Gladys. O Brasil na África ou a África no Brasil. **A construção da política africana pelo Itamaraty. Nueva Sociedad, outubro**, p. 55-71, 2008.

MAHAN, Alfred Thayer. **The influence of Sea upon History 1660-1783**. Boston: Little, Brown and Company, ed.12, 1890, p. 29-58.

MINISTÉRIO DA DEFESA**. Livro Branco de Defesa Nacional**, Brasília, 2012. Disponível em: < http://www.defesa.gov.br/arquivos/2012/mes07/lbdn.pdf>. Acesso em: 20/07/2015.

MINISTÉRIO DA RELAÇÕES EXTERIORES. **Republica da Namíbia**. Disponível em: < http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=5593:republica-da-namibia&catid=155&lang=pt-BR&Itemid=478>. Acesso em 05/06/2015.

MINISTRY OF DEFENSE OF NAMIBIA. Site oficial. Disponível em: <http://www.mod.gov.na>. Acesso em: 05/07/2015.

Notícias do Senado: Jornal "em discussão". **Paed: aquisição de equipamentos para as Forças Armadas.** Disponível em: < http://www.senado.gov.br/noticias/Jornal/emdiscussao/defesa-nacional/estrategia-nacional-para-reorganizaao-e-reaparelhamento-da-defesa/paed-aquisicao-de-equipamentos-para-as-foras-armadas.aspx> Acesso em: 30/06/2015

O'BRIEN, Robert. China's next move: A Naval Base in the South Atlantic? 2015. **Real Clear Defense.** Disponível em: <http://www.realcleardefense.com/articles/2015/03/25/chinas_next_move_a_naval_base_in_the_south_atlantic_107803.html>. Acesso em: 22/07/2015.

ONU. Comissão de Limites da Plataforma Continental. **Submissions to the Commission**: Submission by the Republic of Namibia. Nova Iorque, 2009. Disponível em: <http://www.un.org/Depts/los/clcs_new/submissions_files/submission_nam_50_2009.htm>. Acesso em: 23/06/2015.

PODER NAVAL. **Base Chinesa em WalvisBay põe em zeque trabalho da missão naval do Brasil na Namíbia.** Disponível em: <http://www.naval.com.br/blog/2015/01/24/base-chinesa-em-walvis-bay-poe-em-xeque-trabalho-da-missao-naval-do-brasil-na-namibia/>. Acesso em: 22/07/2015.

_________________. **Poder Naval no Seminário da Amazônia Azul**. Disponível em: <http://www.naval.com.br/blog/2010/10/16/poder-naval-no-seminario-da-amazonia-azul-na-escola-naval/>. Acesso em: 24/07/2015.

QUERO, Caio. A Cooperação entre as marinhas do Brasil e da Namíbia. **GGN**, 2013. Disponível em: <http://jornalggn.com.br/blog/luisnassif/a-cooperacao-entre-as-marinhas-do-brasil-e-da-namibia>. Acesso em: 22/07/2015.

SEMPA, Francis. A visão geopolítica de Alfred Thayer Mahan, **Defesa Net**, 07, jan. 2015. Disponível em: <http://www.defesanet.com.br/pensamento/noticia/17880/A-visao-geopolitica-de-Alfred-Thayer-Mahan>. Acesso em: 25/07/2015.

SILVA, Antonio Ruy de Almeida. O Atlântico Sul na Perspectiva da Segurança e da Defesa. In: NASSER, Reginaldo: MORAES, Rordrigo (coords.). **O Brasil e a Segurança no seu Entorno Estratégico**: América do Sul e Atlântico Sul. Brasília: IPEA, 2014.

SOUZA, Isabela Gláucia de. O Estigma da energia nuclear na defesa nacional: a ZOPACAS e a Declaração de Luanda de 2007. **UFSCAR.** Disponível em: <http://www.arqanalagoa.ufscar.br/abed/Integra/texto%20da%20revista%20da%20ABED_isabela.pdf>. Acesso em: 02/07/2015.

VANNI FILHO, José. Entrevista [jul. 2015], Niterói, 2015.

VISENTINI, Paulo Fagundes. África e as potências emergentes: O Sul e a Cooperação Profana. **Revista Brasileira de Estratégia & Relações Internacionais.** v.3, n.5. Jan/Jun.2014. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/austral/article/download/>. Acesso em: 22/07/2015.